



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MACAÉ – 14/05/2026

Aos quatorze dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé – CMPCM, em formato híbrido, com participação presencial no distrito do Sana e participação remota por plataforma digital. Aberta a sessão, foi apresentada a pauta dos trabalhos, composta pela leitura e aprovação da ata da reunião anterior, informes gerais, definição dos horários das novas reuniões, capacitação dos novos conselheiros, análise da tabela do novo credenciamento cultural e assuntos gerais. Inicialmente, foi informado que a ata da reunião anterior não seria apreciada naquela oportunidade, em razão de solicitação da conselheira Juliana para inclusão das manifestações do Grupo de Trabalho de Comunicação, as quais ainda dependiam de revisão da gravação da reunião para transcrição fiel das falas, ficando sua aprovação transferida para a reunião subsequente. Na sequência, passou-se ao debate acerca dos horários, locais e formato das futuras reuniões ordinárias do Conselho. A Conselheira, Janine Martins, informou que diversos conselheiros vinham manifestando dificuldades para participar das reuniões realizadas no período da manhã, em razão de suas atividades profissionais, observando, contudo, que os representantes do Poder Público também enfrentam dificuldades para participar de reuniões noturnas, já que não possuem expediente nesse período. Diante dessa realidade, apresentou proposta para que as reuniões passassem a ocorrer de forma alternada entre períodos diurnos e noturnos, mantendo-se a periodicidade mensal do Conselho. Durante a discussão, a conselheira Juliana sugeriu que as reuniões realizadas durante o dia passassem a iniciar às nove horas da manhã, considerando que os encontros frequentemente ultrapassam o horário do meio-dia, comprometendo compromissos pessoais e profissionais dos participantes. A proposta foi acolhida para debate. Foi então concedida a palavra ao cidadão Marcelo Atualpa, que exerceu seu direito de voz assegurado pelo Regimento Interno. Marcelo destacou que a definição dos horários não deveria levar em consideração apenas a disponibilidade dos conselheiros, mas também a participação da população, ressaltando que o Conselho é um espaço de articulação entre o Poder Público e a



sociedade civil. Segundo ele, reuniões realizadas exclusivamente em horário comercial dificultam a participação de trabalhadores da cultura e demais cidadãos interessados, defendendo a adoção de medidas que ampliem o acesso das bases culturais aos debates e deliberações do colegiado. Também se manifestou o cidadão Paulo, morador do Sana, afirmando que a participação popular na região costuma ser maior quando as reuniões acontecem presencialmente durante o período diurno. Em seguida, o conselheiro Marcos Outeiro (Kuíka) observou que a discussão sobre horários acompanha o Conselho desde sua criação e que historicamente nunca foi possível alcançar consenso absoluto, justamente em razão das diferentes realidades dos conselheiros e da população. Dando continuidade à pauta, Janine apresentou proposta conciliatória prevendo que as reuniões passassem a ocorrer alternadamente entre o distrito do Sana e o Centro de Macaé, bem como entre os períodos diurno e noturno. A proposta consistia na realização de uma reunião presencial no Sana, durante a manhã, e da reunião seguinte presencialmente no Centro de Macaé, às dezenove horas, mantendo-se em ambos os casos o formato híbrido para permitir a participação remota. A proposta foi debatida pelos presentes, recebendo manifestações favoráveis, inclusive de Marcelo Atualpa, que a considerou uma alternativa equilibrada para contemplar diferentes públicos e ampliar a participação social. Também foi discutida a importância da gravação e disponibilização das reuniões para consulta pública posterior. A conselheira Luma informou que as reuniões já vinham sendo gravadas e disponibilizadas nos canais de comunicação do Conselho, ampliando a transparência e o acesso às informações. Encerradas as manifestações, a proposta foi submetida à votação e aprovada pelos conselheiros presentes. Imediatamente após a proclamação do resultado, Janine registrou que, em razão da aprovação da matéria, a próxima reunião ordinária ocorreria presencialmente no Centro de Macaé, às dezenove horas, mantendo-se o formato híbrido. Ficou igualmente estabelecido que as reuniões subsequentes passariam a ocorrer em sistema de alternância entre o Centro de Macaé e o distrito do Sana, bem como entre os períodos diurno e noturno, sempre com possibilidade de participação presencial e remota, buscando ampliar a participação dos conselheiros e da sociedade civil.



61 Superada a pauta referente aos horários das reuniões, passou-se à discussão sobre
62 capacitação dos conselheiros. Janine informou sobre a realização de curso de
63 formação para conselheiros municipais de cultura em Campos dos Goytacazes, com
64 primeiro encontro presencial previsto para o dia 21 de maio de 2026 e demais
65 encontros realizados em formato virtual. Informou ainda que a Secretaria Municipal de
66 Cultura disponibilizaria apoio logístico para os conselheiros interessados em participar
67 da formação, incentivando os membros do Conselho a indicarem outras oportunidades
68 de capacitação que possam contribuir para o aprimoramento das atividades do
69 colegiado. A conselheira Luma apresentou aos demais participantes um curso gratuito
70 promovido pela plataforma Prosas, financiado pela Lei Rouanet, destinado a gestores e
71 conselheiros de cultura, comprometendo-se a compartilhar as informações com os
72 demais membros do Conselho. A conselheira Ana Carolina destacou ainda que o
73 Ministério da Cultura disponibiliza amplo material formativo gratuito voltado para
74 conselheiros, gestores e agentes culturais. Passou-se então à pauta referente ao
75 credenciamento cultural. A conselheira Luma informou ter sido procurada por artistas
76 credenciados que relataram terem sido convidados para participar de atividades
77 promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura sem remuneração, apesar de estarem
78 regularmente cadastrados no credenciamento municipal. Segundo relatou, os artistas
79 questionavam a lógica de serem chamados para atividades gratuitas quando existe
80 instrumento formal de contratação instituído pelo Município. A conselheira esclareceu
81 que recebeu os relatos em sua condição de representante setorial e entendeu ser seu
82 dever encaminhá-los ao plenário. Em resposta, Janine esclareceu que existem
83 situações distintas envolvendo participação voluntária em feiras, exposições e
84 atividades culturais, sendo necessária a análise de cada caso concreto para melhor
85 compreensão dos fatos apresentados. Em seguida o cidadão Paulo ("Papau") criticou a
86 comunicação da Secretaria Municipal de Cultura, afirmando que a divulgação dos
87 eventos é falha e, por vezes, anuncia atividades que não estão efetivamente
88 ocorrendo. Relatou que já presenciou montagens de estrutura sem qualquer
89 divulgação prévia e mencionou que publicações institucionais divulgam ações como
90 "Palco Aberto", capoeira e outras atividades como se fossem promovidas ou apoiadas



91 pela Secretaria, quando, segundo ele, muitas vezes tratam-se apenas de cessão de
92 espaço ou sequer estão acontecendo. Citou o caso de uma cantora que compareceu ao
93 CRIASANA em busca de uma atividade divulgada e encontrou o local sem qualquer
94 programação. Também informou que solicitou, há cerca de três ou quatro meses,
95 autorização para utilizar o espaço em aulas de pintura para crianças, sem obter
96 resposta. Por fim, manifestou insatisfação com a gestão do artesanato no espaço,
97 relatando ter se afastado das atividades voluntárias após alegada perseguição e
98 questionando a atuação do responsável pela área. Após amplo debate, foi aprovado o
99 encaminhamento de ofício do Conselho à Secretaria Municipal de Cultura, a ser
100 elaborado pela conselheira Luma, solicitando esclarecimentos formais sobre os casos
101 relatados. Ainda dentro da pauta do credenciamento, a conselheira Luma trouxe ao
102 conhecimento do plenário denúncia recebida de trabalhadores da cultura envolvendo
103 suposta cobrança indevida por pessoa vinculada à Secretaria Municipal de Cultura para
104 realização de credenciamentos e obtenção de vantagens financeiras em futuras
105 contratações de artistas. Relatou possuir registros de conversas e manifestações que
106 apontariam para a prática denunciada e manifestou preocupação com os impactos da
107 situação para os trabalhadores da cultura. Janine esclareceu que qualquer denúncia
108 dessa natureza deveria ser formalizada e acompanhada dos elementos probatórios
109 necessários para permitir sua adequada apuração, ressaltando que somente a
110 formalização possibilita a adoção das providências administrativas cabíveis. Após
111 discussão, foi aprovada a elaboração de novo ofício para formalização da denúncia e
112 encaminhamento da documentação pertinente. Prosseguindo a discussão, diversos
113 participantes questionaram a transparência dos critérios de convocação dos artistas
114 credenciados, especialmente no segmento musical. Foram citadas situações em que
115 determinados artistas aparentavam ser contratados de forma recorrente, enquanto
116 outros permaneciam sem oportunidades. Também foram levantadas dúvidas quanto à
117 existência de critérios objetivos de convocação e à possibilidade de acompanhamento
118 público da ordem de chamamento dos credenciados. Em resposta, Janine esclareceu
119 que as contratações observam critérios relacionados ao perfil artístico solicitado para
120 cada evento, bem como à classificação dos artistas dentro das respectivas categorias e



121 estilos, informando que o novo edital busca aperfeiçoar esse sistema mediante a
122 segmentação dos artistas por linguagens e modalidades específicas. O debate evoluiu
123 para uma análise mais ampla sobre a política cultural municipal e sobre a estrutura
124 proposta para o novo credenciamento. A conselheira Luma manifestou preocupação
125 com a predominância de ações voltadas para apresentações musicais, defendendo
126 maior valorização das artes visuais, literatura, artesanato, circo e demais segmentos
127 culturais. Argumentou que muitos artistas visuais continuam sendo convidados para
128 exposições sem remuneração, recebendo apenas a promessa de visibilidade
129 institucional, e sustentou que a política cultural municipal precisa avançar para além
130 da lógica dos eventos, contemplando efetivamente ações estruturantes de fomento e
131 valorização dos diversos segmentos artísticos. A conselheira Juliana também
132 apresentou questionamentos relacionados à execução dos recursos destinados ao
133 credenciamento e solicitou maior transparência na divulgação das contratações
134 realizadas e dos valores executados em cada segmento artístico. Rosângela manifestou
135 preocupação com a situação do artesanato, observando que o credenciamento
136 permanece concentrado em oficinas e não contempla adequadamente exposições,
137 mostras, workshops e outras modalidades de atuação dos artesãos. Defendeu a
138 criação de mecanismos permanentes de valorização e aquisição da produção artesanal
139 local. Em seguida, a conselheira Pollyana Valentim apresentou importantes
140 contribuições relacionadas ao segmento da dança. Inicialmente, questionou o formato
141 das oficinas previstas no credenciamento, observando que atividades de curta duração
142 não permitem a construção de vínculos pedagógicos consistentes entre profissionais e
143 participantes, comprometendo a efetividade das ações culturais. Destacou que a
144 dança demanda processos formativos contínuos e que a substituição constante dos
145 profissionais dificulta a consolidação do trabalho pedagógico e artístico desenvolvido
146 junto à população. Na continuidade de sua fala, apresentou proposta para a realização
147 de um processo de letramento cultural destinado aos servidores, gestores e equipes
148 técnicas da Secretaria Municipal de Cultura. Segundo a conselheira, muitas das
149 dificuldades observadas na elaboração de editais, oficinas e programas culturais
150 decorrem da ausência de compreensão mais aprofundada sobre as especificidades dos



diversos segmentos culturais. A proposta, surgida a partir das discussões da vertente da dança, consistiria na realização de vivências, visitas e atividades formativas que permitissem aos servidores conhecer mais profundamente a realidade das escolas de dança, polos de artesanato e demais espaços culturais do município. Pollyana destacou que a iniciativa contribuiria para a elaboração de políticas culturais mais adequadas à realidade dos fazedores de cultura, além de promover relações institucionais mais respeitadas e qualificadas. A proposta foi recebida positivamente pelos presentes e registrada para análise futura. Prosseguindo a pauta do credenciamento, passou-se à análise da tabela de valores proposta para o novo edital de credenciamento cultural. Durante o debate, diversos conselheiros apresentaram observações acerca da distribuição dos recursos entre os segmentos culturais, do quantitativo de vagas previstas para determinadas categorias e da necessidade de ampliação de oportunidades para áreas como artes visuais, artesanato, literatura e dança. Houve ainda questionamentos sobre os valores atribuídos a algumas modalidades de contratação e sobre a adequação das categorias às necessidades dos diferentes segmentos culturais do município. Em resposta às manifestações, Janine Martins esclareceu que a proposta apresentada ao Conselho já contemplava os ajustes considerados viáveis pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Cultura após as discussões realizadas nas reuniões anteriores e nas contribuições encaminhadas pelos conselheiros. Informou que aquela constituía a última versão possível da tabela para o presente processo de credenciamento, em razão do estágio avançado da tramitação administrativa e da necessidade de cumprimento dos prazos para publicação do edital. Ressaltou ainda que novas alterações estruturais poderiam comprometer o cronograma previsto e atrasar a implementação do credenciamento. Janine destacou que a proposta representava avanço significativo em relação aos credenciamentos anteriores, ampliando o volume de recursos destinados às contratações culturais, aumentando o número de categorias contempladas e criando novas possibilidades de atuação para diferentes linguagens artísticas. Reiterou, contudo, que o aperfeiçoamento do instrumento deveria permanecer como pauta permanente do Conselho, possibilitando futuras revisões e adequações nos próximos editais.



181 Encerradas as discussões, a tabela de valores do credenciamento foi submetida à
182 votação do plenário. Após manifestação dos conselheiros presentes, a proposta foi
183 aprovada, ficando autorizada sua utilização como referência para a continuidade dos
184 procedimentos administrativos necessários à publicação do novo edital de
185 credenciamento cultural do Município de Macaé. Nos informes finais, o presidente
186 Marcos Outeiro (Kuíka) informou que a Mesa Diretora passaria a elaborar ofícios
187 destinados à Secretaria Municipal de Cultura com o objetivo de promover reuniões
188 específicas para discussão de temas estruturantes do Conselho, incluindo questões
189 relacionadas ao Fundo Municipal de Cultura, aprimoramento da gestão cultural e
190 fortalecimento institucional do colegiado. Destacou a necessidade de preparação dos
191 conselheiros para futuras discussões sobre instrumentos de fomento cultural previstos
192 na legislação vigente e ressaltou a importância da organização administrativa do
193 Conselho para que possa avançar em pautas estruturantes. Ainda nos informes finais a
194 Conselheira Janine lembrou aos presentes que a próxima reunião ordinária do
195 Conselho ocorrerá no dia 11 de junho de 2026, no Centro de Macaé, às dezenove
196 horas, conforme deliberação anteriormente aprovada pelo plenário durante a
197 discussão sobre os horários e formato das reuniões. Na oportunidade, o Presidente
198 Kuíka reforçou a necessidade de avaliação da logística de deslocamento dos
199 participantes e da continuidade dos esforços voltados à democratização da
200 participação dos diversos segmentos culturais do município. Nada mais havendo a
201 tratar, foram encerrados os trabalhos, ficando registrados todos os debates,
202 encaminhamentos e deliberações para fins de memória institucional, transparência
203 administrativa e acompanhamento das decisões do Conselho Municipal de Políticas
204 Culturais de Macaé.